



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 6 /2019

SESSÃO ORDINÁRIA DE

27/06/2019

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



Handwritten signature and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, secretariado pela Sra. Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 1.º Secretária e pela Sra. Dr.^a Edite Miranda Custódio, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**PONTO DOIS: Apreciação, nos termos dos artigos 75º. e 76º. da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2018, do Município de Mira.** -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do n.º, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 6ª. revisão orçamental e 6ª. revisão ao PPI – Ano de 2019** -----

-----**PONTO QUATRO: Empréstimo para financiamento do PPI 2019 – Adenda ao Contrato.** -----

-----**PONTO CINCO: Empréstimo Quadro BEI - Linha BEI PT2020 - Autarquias – Adjudicação, Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como, Aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo.**

-----**PONTO SEIS: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local - aprovação da proposta de aceitação da transferência de competências, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e o transporte turístico de passageiros em vias navegáveis**



NC

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interiores, constantes do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC. -----

----- PONGO SETE: Aprovação, nos termos do disposto no n.º. 1, do artº. 134º., do D.L. n.º. 307/2009, de 23 de outubro, na redação que lhe confere a Lei n.º. 32/2012, de 14 de agosto, da redelimitação da Área Urbana de Mira.

-----PRESEÇA DO EXECUTIVO-----

---Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira. -----

-----PRESEÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

---Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Nelson Miranda Cadete, Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Dr.ª Edite Domingues Custódio, Dr. João Luis dos Santos Marques de Pinho, Sr. Pedro Nunes, Sr. Luís Filipe Alcaide Antunes, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Sr.ª Sara Patrícia Ferreira Braguez, Sr. João Pedro Ventura Lopes de Almeida, Sr. João Augusto Ribeiro de Sousa, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Sr. João André Reigota Gomes, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof. Zélia Domingues Morais, Sr. Rui Miguel Oliveira Canudo, Prof. Maria Clara Simões Clemente, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Felipe Miguel Rocha Camarinha, em substituição do Presidente, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e de Carapelhos, Sr. Pedro Manuel Domingos Silva Anjo, em substituição do Presidente, Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

-----FALTAS-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Verificou-se a falta do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário Ribeiro Maduro, Paulo Grego, do Sr. Presidente da Junta do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz, substituído por Felipe Miguel Rocha Camarinha e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Gabriel Miranda de Pinho, substituído por Pedro Manuel Domingues da Silva Anjo.-----

-----**HORA DE ABERTURA**-----

----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas após a verificação de *quórum*, com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----Houve intervenção do público por parte da Sra. Prof.^a **Maria Madalena de Jesus Oliveira**, natural de Mira. Iniciou a sua intervenção, referindo-se à má qualidade da água fornecida aos munícipes. A mesma aqui se transcreve na íntegra: *“Cito o ponto cinco, Conclusão e Recomendação da Nota Técnica, «Água Destinada ao Consumo Humano – Riscos para a Saúde Humana, resultantes da exposição a manganês», da responsabilidade da ARS, Lisboa e Vale do Tejo”*.-----

---- Respondeu V. Ex.^a que garante que a água que nos é fornecida não comporta risco para a saúde pública. Não esclareceu V. Ex.^a em que se baseou para tal afirmação, além da referência a resultados de análises, na medida em que, no referido ponto cinco, conclusão e recomendação, a ARS é bem clara quando diz – escreve – que elementos como *«cor, cheiro e sabor»* tornam, ou torna a água imprópria para consumo.-----

---- Reitero o que referi na minha intervenção *«a água que a Câmara Municipal de Mira vende, está exatamente caracterizada pela cor amarela e castanha, com depósito, tipo lodo, castanho, quando em suspensão*.-----

---- Peço, assim, esclarecimento, ainda nesta Assembleia.”-----

----Interveio o munícipe Sr. **Tibério Miranda Gomes**, informando que era procurador do Sr. Valdemar Pereira, no loteamento sito na Rua António José de Almeida e que, há cerca de dois meses, tinha sido recebido pela Sra. Diretora da CCDRC, em Coimbra e esta tinha-lhe dito que o referido assunto estava a ser tratado e que o próximo passo seria remeter o processo aos serviços da Câmara Municipal, para posteriormente se tratar da tramitação até o tornar público.



NC

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, quis saber em que ponto se encontrava essa situação. -----

---De seguida e, na qualidade de sócio do loteamento sito na Lagoa de Mira, referiu que, há mais ou menos cinco anos tinha havido, nesse local, o rebentamento de uma conduta, a qual foi reparada e bem, pelos serviços camarários, mas o asfalto, desde essa altura, continuava por reparar. Ainda em relação ao loteamento da Lagoa, quis saber o que estava previsto e para quando a substituição das palmeiras que ali existiam e que secaram. -----

---Em relação ao loteamento do Poço da Cruz, considerou que quanto a este havia uma interpretação errada, porque, nos loteamentos particulares, a partir do momento em que eram rececionadas as infraestruturas, estas passavam a ser competência da Câmara Municipal. Mais disse que, ao construtor cabia executá-las, assim como, pagar as taxas divisas, para que depois, na receção definitiva da obra, o município ou quem o representava pudesse fazer as respetivas limpezas. Com isto pretendia alertar para a necessidade de limpeza do depósito de gás que ali se encontrava. -----

---O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

---INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (EM RESPOSTA À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO)-----

---O Sr. **Presidente da Câmara**, em resposta à Sr.^a Prof.^a Maria Madalena de Jesus Oliveira, à qual agradeceu a sua intervenção cívica. -----

---De seguida, clarificou que a água do Concelho tinha qualidade para consumo humano, até porque todos os meses era analisada por várias entidades, sendo óbvio que, mesmo assim, estavam a fazer todos os esforços e a trabalhar no sentido de melhorar a sua qualidade, nomeadamente, em relação ao seu aspeto, à sua cor, que se devia à concentração de ferro. Mais esclareceu que, quanto a este problema, já estavam a tomar medidas em dois sentidos, ou seja, na quantidade de água, acautelando o verão que se aproximava, assim como, na qualidade da mesma, nomeadamente, quanto à sua cor ferrosa. Continuou,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizendo que era sobejamente conhecido o projeto, que a Câmara Municipal, conjuntamente com os Municípios de Soure e Montemor-o-Velho, tinham de construir uma nova ETAR, a qual era uma construção de fundo para a melhoria de todo o abastecimento de água do Concelho. Projeto esse que estava em bom desenvolvimento, estava candidatado e reunia todas as condições para ser aprovado. Mas, até esse momento, estavam a ser tomadas medidas concretas para colmatar essas dificuldades, nomeadamente, a já referida construção da nova ETAR, a execução de dois furos para bombear uma maior quantidade de água e também, o tratamento do ferro que continuava a aparecer. Posto isto, assegurou que, nas semanas seguintes, a concentração de ferro e de manganês iria diminuir e frisou que a água para consumo era alvo de análises regulares por parte da Direção Geral da Saúde e da ARS. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, em jeito de conclusão, assumiu que, e com base nos resultados das análises realizadas por diferentes entidades competentes, a água do Concelho era própria para consumo e não constituía perigo para a saúde pública. -----

----Em continuação, o Sr. **Presidente da Câmara** retomou as respostas às intervenções do público e, com relação à alteração do Plano de Urbanização de Mira, informou que tinha tido, juntamente com alguns técnicos da Câmara Municipal, há alguns dias, uma reunião em Lisboa, com a Direção Geral do Território, entidade com competência máxima nessa área, por causa da cartografia e esse era o único passo que faltava para a concretização do referido loteamento. Mais disse que, nessa reunião com o Sr. Subdiretor Nacional, foi-lhes dito que entregassem a cartografia dessa zona, da que era alvo do plano de urbanização, de forma a que se pudesse dar continuidade ao processo. Acrescentou que, em breve, esse processo estaria concluído, até porque, o processo de homologação da cartografia e o processo de alteração do Plano de Urbanização iriam ser tratados em simultâneo. Concluiu, assumindo que estaria disponível para prestar mais esclarecimentos, se assim o entendessem. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Relativamente ao loteamento da Lagoa, esclareceu que se iria verificar esse rasgo no asfalto e se assim se considerasse, proceder-se ia à sua imediata reparação. Em relação às árvores garantiu que estas iriam ser substituídas e, quanto ao serviço de limpeza no local das instalações do gás, apesar de desconhecer a sua situação atual, informou que iria avaliá-la, por forma a poder atuar, se necessário. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----**APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

---- **ATA N.º 4, DE 28 DE JUNHO DE 2018**-----

----Foi posta a votação a ata da reunião ordinária realizada em 28 de junho de 2018. -----

----Sobre esta, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, o qual referiu que, em anterior sessão, tinha sugerido, oralmente, algumas alterações e que as mesmas não foram tidas em conta. Portanto, considerava que não reunia as condições para ser aprovada. -----

----De seguida, proferiu uma nota prévia sobre toda essa situação, dizendo que o que ali estava em causa e, sobre as atas, apenas dizia respeito ao Executivo Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

----Continuou e leu o conteúdo de um e-mail enviado em 21 de junho de 2018, ao final da tarde, à coordenadora técnica da secção de apoio aos órgãos autárquicos, cujo teor se transcreve na íntegra: -----

---- “EXMO(A). SR(A).-----

---- APÓS LEITURA E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS ENVIADOS POR V.ª Ex.ª E RESPEITANDO AS DATAS INDICADAS, VENHO POR ESTE MEIO INFORMAR O SEGUINTE:-----

---- ESTAS ATAS QUE NOS APRESENTAM AINDA NÃO FORAM MINIMAMENTE ALTERADAS, CONTINUAM A APRESENTAR DIVERSOS “ERROS” EM TODO O SEU CONTEÚDO (EM INÚMERAS INTERVENÇÕES E DE DIVERSOS PROTAGONISTAS) E NÃO CORRESPONDEM AOS FACTOS OCORRIDOS. NÃO SERÃO OS PEQUENOS APONTAMENTOS QUE CONSIGAMOS



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APRESENTAR EM "MEIA DÚZIA" DE PALAVRAS QUE VÃO RESOLVER ESTA SITUAÇÃO, POIS OS DOCUMENTOS TÊM PROBLEMAS GERAIS. PELO EXPRESSADO ANTERIORMENTE E COMPROVADO NAS ÚLTIMAS REUNIÕES DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ESTAS ATAS NÃO PRECISAM DE PEQUENAS CORREÇÕES, PRECISAM SIM, DE SEREM NOVAMENTE OUVIDAS E RESCRITAS. -----

---- NAS ÚLTIMAS REUNIÕES DE AM FORAM APRESENTADOS DIVERSOS EXEMPLOS DE "ERROS" DESTES CONTEÚDOS QUE DEVERÃO SER CONSIDERADOS NAS CORREÇÕES E QUE FICARAM RELATADOS NAS GRAVAÇÕES DAS ATAS. RELEMBRO, QUE SE ASSIM NÃO FOSSE NÃO TERIAM SIDO RETIRADAS DE VOTAÇÃO, COMO FACILMENTE SE COMPROVA COM A AUDIÇÃO DOS FICHEIROS. -----

--- EMBORA A ELABORAÇÃO DAS ATAS NÃO SEJA UMA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, TEREMOS TODO O GOSTO EM AJUDAR NA MELHORIA DA SUA ELABORAÇÃO, MAS NÃO TEMOS DISPONIBILIDADE PARA SERMOS NÓS (DEPUTADOS) DE IRMOS OUVIR AS GRAVAÇÕES E RESCREVER OS DOCUMENTOS. ESTAMOS DISPONÍVEIS PARA ENVIAR PEQUENOS APONTAMENTOS SOBRE ALGUNS CONTEÚDOS, MAS QUE NÃO SUBSTITUEM A NECESSIDADE DESTES DOCUMENTOS SEREM NOVAMENTE ELABORADOS. -----

---- POR ISSO, SUGERIMOS QUE OS DOCUMENTOS SEJAM OUVIDOS/ELABORADOS/CORRIGIDOS PELOS VOSSOS SERVIÇOS E POSTERIORMENTE ENVIADOS PARA OS DEPUTADOS MUNICIPAIS PARA SE PRONUNCIAREM. -----

---- COM OS MELHORES CUMPRIMENTOS, -----

---- FRANCISCO SOARES REIGOTA -----

---- (DEPUTADO MUNICIPAL - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA PRAIA DE MIRA) -----

---- Posto isto, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a presente ata a votação e a mesma foi aprovada por maioria. Contudo, o Sr. Deputado **André Gomes** (PS) declarou que votava contra uma vez que não se tinha verificado nenhuma alteração. -----

---- **ATA N.º 3, DE 24 DE MAIO DE 2018** -----

---- Foi posta a votação a ata da reunião ordinária realizada em 28 de junho de 2018. -----

---- Antes de se iniciar a votação, o Sr. Deputado **André Monteiro** (MAR) questionou sobre o facto de se votarem atas, sem estarem outras, anteriores, previstas a votação. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia aduziu que havia um pequeno problema com essa ata, mas, o qual se iria resolver ainda nesse dia e, também, por isso, o atraso verificado nas atas. -----

---- Continuou, informando que essa ata em específico, a de 24 de maio de 2018, tinha de ser aprovada com celeridade, uma vez que estava a ser necessária para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obter o visto do Tribunal de Contas, em relação à questão do empréstimo. -----

---Em seguida, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, o qual sugeriu que essa ata fosse retirada de votação, alegando que era incompreensível a votação de uma ata, quando existiam outras, anteriores, por aprovar. Assim, insistiu que se continuasse a aprovar as atas por ordem sequencial, ou seja, de forma contínua. -----

---O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o carácter excecional da aprovação dessa ata se prendia com o superior interesse do município. -----

---Em resposta, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota** disse que, assim sendo, a bancada parlamentar do Partido Socialista se retirava e não estaria presente na votação dessa ata. -----

---Posto isto, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a presente ata a votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

---De seguida, o mesmo teceu considerações sobre a situação das atas e tomou como ponto de partida a ata de setembro de 2018 pois, à volta desta tinham-se levantado muitas questões. Assim, e tendo em conta os emails enviados para os serviços administrativos pelos Srs. Deputados Paulo Grego e Francisco Reigota, nos quais tinham proposto algumas alterações. Posto isto, propôs que os Srs. Deputados, estes em específico e todos em geral, trouxessem, por escrito, as suas intervenções, ou seja, o que pretendiam ver plasmado no corpo da ata ou eventuais alterações, por forma a que essa estivesse em condições para ser votada na próxima sessão de Assembleia. Mais informou que, a partir desse momento, era este o procedimento a adotar. -----

---O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, referindo-se à dificuldade que era, nesse momento, conseguir trazer-



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se atas, em tempo útil, para aprovação, até porque, quando assim se entendia, havia atas que eram elaboradas com muita celeridade. -----

----Voltou a questionar sobre qual o ponto de situação da estrada do Lago do mar, pois ainda não tinha obtido qualquer tipo resposta. -----

----Em relação à Praia do Poço da Cruz, quis saber qual tinha sido o problema com o início da época balnear pois, no dia em que esta começou, as casas de banho estavam fechadas e também, quanto aos nadadores salvadores, foi-lhe dito, in loco, que os mesmos não tinham tido apoio por parte do Município. Solicitou ainda, clarificação sobre o que se passaria com o seu concessionário.

----Relativamente às obras do Programa POLIS, realizadas há alguns anos atrás, nomeadamente, no espaço entre o Museu Etnográfico da Praia de Mira e o Clube Náutico e o depois do Museu até ao Mirasol, pretendendo saber se a manutenção destes espaços era da responsabilidade do Município ou de alguma outra entidade. -----

----Relativamente às habitações de risco e em elevado estado de degradação, na Praia de Mira, quis saber o que se pretendia fazer, até porque era um assunto já muitas vezes referido. -----

----Relativamente às descargas, referiu que não ia elencar, nem analisar a situação porque, ainda não havia muito tempo, tínhamos tido a presença do Sr. Secretário de Estado, que esclareceu algumas questões relativas a este assunto, contudo, manifestou o seu não entendimento sobre a utilidade real e quais os resultados da providência cautelar. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, **Artur Fresco**, saudando todos os presentes e, referindo-se à travessia pedonal do Cabeço, quis saber o que de concreto aí se estava a fazer, ou seja, se era apenas trabalhos de limpeza ou a tão desejada intervenção de fundo. -----

----Continuou, aludindo às equipas responsáveis pelos trabalhos de limpeza das faixas de segurança, pois tinha recebido algumas reclamações, nomeadamente, que estas não tinham sido devidamente limpas, ao abrigo dos dez metros,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também porque deixavam por cortar acácias e eucaliptos nascidos, limitando-se, apenas, a cortar as ervas. Referiu ainda que algumas sementeiras, de trigo e de tremço tinham sido também cortadas, ao não se respeitar a distância regulamentar. Com isto, solicitou que se pedissem justificações à empresa responsável, até porque esta estava ao serviço da Câmara Municipal, através de uma candidatura. -----

----Concluiu a sua intervenção manifestando o seu contentamento por no Bairro do Areeiro, em Carromeu, na localidade do Casal de São Tomé, junto ao campo de futebol, finalmente se estar a proceder a uma limpeza geral, pois estes terrenos, sendo municipais, estavam indevidamente ocupados por particulares. Posto isto, questionou sobre o que estaria equacionado para esse local. -----

----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

----Iniciou a sua intervenção respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Francisco Reigota e, no que às atas dizia respeito, esclareceu que as técnicas responsáveis pela elaboração das atas das reuniões de Câmara e das sessões da Assembleia eram as mesmas e que, quanto às primeiras não havia nenhum problema com as intervenções. Em relação às das sessões da Assembleia Municipal, assegurou que os problemas com estas relacionadas também se iriam resolver. -----

----Em relação à estrada do Lago do Mar, julgava que esta ainda estaria em garantia, mas como era uma obra da responsabilidade da POLIS, ter-se-ia que verificar. -----

----Relativamente à situação da praia do Poço da cruz, assegurou que esta já estava resolvida e que tinha vindo à anterior reunião de Câmara a atribuição de um apoio no valor de 33 mil euros à associação de nadadores salvadores. Assim,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salientou que sempre se assegurou e continuar-se-ia a assegurar a vigilância da praia. Quanto ao problema com as casas de banho, disse desconhecer o porquê de estarem fechadas e prontificou-se a verificar o que se teria passado. -----

----Quanto ao Programa da POLIS, disse que já se tinha procedido a algumas reparações e o empreiteiro responsável pela sua execução, por intermédio desse programa, assumiu a sua resolução. -----

----Em relação às casas degradadas, informou que se tinham notificado os seus proprietários e a comissão de avaliação, assim como, a fiscalização, têm vindo a fazer um levantamento das situações mais gravosas e consequentemente, têm-se feito, com regularidade, o ponto de situação. -----

----Reportando-se à questão da providência cautelar, transmitiu que o Tribunal ainda não se tinha pronunciado. -----

----Em relação à obra do Cabeço de Mira, esclareceu que se tinha dado início aos trabalhos, seguindo-se o levantamento/cálculo das necessidades, por parte dos serviços técnicos camarários e garantiu que se iria resolver a situação. -----

----No que à gestão das faixas de segurança dizia respeito, acrescentou que se tinha verificado, junto da empresa responsável, caso a caso e que também se tem vindo a fiscalizar, estando sinalizados todos os casos de incumprimento. Com isto pretendeu esclarecer que os autos de medição e os trabalhos não eram executados enquanto não fossem regularizadas todas as situações. -----

----Em relação ao Bairro do Areeiro, informou que esta medida já há alguns anos estava para ser tomada e que se prendia com a regularização da reposição do espaço público e, como era mais que evidente, com o devolver da dignidade a esse espaço público. Por isso se tinha feito o edital, para dar conhecimento às pessoas e, acrescentar que, espontaneamente todos o respeitaram e acataram.

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. **André Monteiro (MAR)** e iniciou por referir que a qualidade da água do Concelho não era boa e, embora fosse uma situação transitória, em virtude da vinda da empresa intermunicipalista, enquanto esta não se concretizava, tínhamos que nos preocupar, pese embora o Sr. Presidente nos garanta que esta era própria para consumo. Aliás, contrapôs, dizendo que uma análise mensal não assegurava a qualidade da água. Acrescentou que gostaria que, durante essa fase temporária, a qualidade da água fosse melhor, mais cuidada, tanto a nível da purificação da água, como da sua filtragem. Assim, inquiriu sobre o que se estaria a fazer para resolver esta situação durante essa fase de transição. -----

----Prosseguiu e em relação ao problema das descargas, manifestou a sua satisfação com a proposta do Sr. Secretário de Estado, realçando que se teria de continuar a insistir para que esta situação não caísse no esquecimento. -----

----Em seguida, questionou sobre a empreitada de sinalização que estava a decorrer na Praia de Mira, mais especificamente, se esta tinha adjudicada. -----

----Referiu ainda que as pesquisas no site da Câmara Municipal em muito complicadas e disponibilizou-se para, se necessário, colaborar na resolução de alguma questão técnica. -----

----Quanto às obras de melhoria na localidade do Cabeço de Mira manifestou o seu agrado por finalmente se ter dado início aos trabalhos. -----

----Interveio o Sr. **João Luís Pinho (PS)**, com o tema da água e referiu que a de consumo era um assunto preocupante para o Concelho, embora esta fosse própria para consumo, mas, na sua utilização para outros fins, nomeadamente, na lavagem da roupa era muito gravoso e tornava-se prejudicial. Mais disse que a solução apresentada pelas entidades que nos brindaram com a sua presença, era uma medida mitigadora do problema, pois considerava que esta não o resolvia. Referiu ainda que todas as queixas, reclamações e insatisfações deveriam ser reportados à Agência Portuguesa do Ambiente porque considerava que a questão da água deveria ser encarada enquanto sistema, tinha de haver



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma visão globalizante desse sistema hídrico, desde a sua nascente até onde terminava, na ria de Aveiro. Continuou, manifestando o seu desagrado por alguns comentários, proferidos em tom jocoso, por alguns intervenientes pois, o Concelho de Mira não tinha de pagar mais nada, em virtude do crime ambiental do qual tem sido vítima, ao longo de tantos anos, desde a Fervença até à partilha do Concelho. Concluiu esta parte da sua intervenção, reiterando que toda esta situação era insana. -----

---Quanto à questão das ligações, referiu que todos os munícipes deveriam beneficiar das condutas mais recentes, por forma a minimizar certos problemas que se traduziam em prejuízos e que tinham origem, nas constantes reparações nas condutas que rebentavam. -----

---De seguida, pediu esclarecimentos quanto à questão das convocatórias, pois tinha tido conhecimento da data da sessão da Assembleia por mera casualidade. Assim, informou que tinha consigo um requerimento para apresentar à mesa da Assembleia, no qual manifestava a sua pretensão em ser convocado por mail ou por via telefónica pois, doutra forma tornava-se impossível inteirar-se dos assuntos, atempadamente, e conseqüente dificultava o seu poder de decisão, aquando da votação. Posto isto, reiterou que desconhecia se os Srs. Deputados tinham pedido para serem substituídos ou a quem o tinham pedido. -----

---Concluiu, referindo-se à época balnear, mais especificamente, à localidade da Lagoa de Mira e quis saber se já se tinha feito alguma intervenção nas margens da Lagoa e em toda a envolvente das pistas, pois estas eram algo em que se podia, facilmente, potenciar, por forma a aproveitar as coisas boas que a natureza nos proporcionava, pronunciando-se enquanto ator do setor e também, como munícipe. Posto isto, pediu que houvesse um esforço, por parte do Município, com uma intervenção junto das entidades que tutelavam os leitos de água e as zonas hídricas, no sentido de, cabalmente, se definir qual seria a bitola entre os cursos de água e os terrenos particulares. E isto porque, no passado, tinha intervindo nas margens da Lagoa, assim como, tinha colaborado,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

juntamente com a Junta de Freguesia da Praia de Mira, na reflorestação e plantação de árvores de fruto. Fez saber que, cada vez mais era notória a usurpação do espaço público, por parte dos particulares. Assim, sugeriu que se fizesse um levantamento das situações em incumprimento, até porque existia uma margem de proteção, legal e regulamentada, realçando que podia não ser uma medida impositiva, mas sim, com vista a chegar a um consenso para que se delimitasse as zonas de proteção especial e que, paralelamente, se fizesse um reforço no investimento, no sentido de se limitar o acesso às pistas ciclo pedonais por parte de veículos motorizados não afetos à atividade agrícola e afins. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** e, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado João Luis Pinho, no ponto sobre as convocatórias e substituições para as sessões da Assembleia, sugeriu que, no final dessa reunião se agendasse um dia e uma hora para reunir com os chefes de bancada, com vista ao alinhamento de alguns pontos relativos ao funcionamento da Assembleia Municipal e com o primordial objetivo de acabar com o notório ambiente de crispação. -----

----Interveio a Sra. **Clara Clemente (PSD)** e afirmou que o seu sentimento de preocupação pelas duas obras da Praia de Mira, ambas já quase concluídas, nomeadamente, a da Rua do Osso da Baleia e a da requalificação da Avenida da Barrinha, mas, atualmente, estava muito agradada e satisfeita com a excelente gestão política, complementada com um muito capaz grupo de trabalho. Considerou ainda que estas eram uma mais valia para a Praia de Mira e, conseqüentemente, para quem nos visitava. Concluiu, atribuindo-lhes nota positiva. -----

---- De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas.-----

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, e quanto à questão da água, esclareceu que se estavam a fazer três intervenções, ou seja, sendo a primeira uma ligação no Ramalheiro em direção a Carromeu, na tentativa de se trazer água da INOVA para o depósito de abastecimento de Carromeu, o qual passaria a abastecer, pela Ermida, as localidades do Casal de São Tomé e Carromeu, fazendo assim libertar alguma quantidade de água do depósito da Lagoa. Por sua vez, a estação de tratamento de água da Lagoa estava à espera da chegada de uma máquina de limpeza / tratamento de ferro e manganês. Acrescia o facto de se estarem a fazer mais dois furos, pois, muitas das vezes, principalmente, durante a época balnear era necessário um valente reforço e recorria-se à água do depósito da Lagoa, uma vez que o consumo era muito elevado. -----

----Quanto à Providência Cautelar e, após já ter sido abordado sobre a sua manutenção, reafirmou que esta era para manter e reforçou a ideia de que, todos juntos, tinham de continuar a lutar e fazer com que, neste período transitório de cerca de dois anos e meio, - até porque acreditava que a solução definitiva apresentada era boa -, pois com esta tinham-se conseguido algumas conquistas, nomeadamente, na questão do tratamento deficitário e na questão do desinfetante. Após isto, pediu que a pressão fosse maior e exercida diretamente sobre as entidades competentes, governo e sobre as Águas do Centro Litoral. Acrescentou ainda que, ao fazer-se um concurso público urgente, isso fazia com que se ganhasse muito tempo. Realçou que esta pressão tinha de ser feita de forma sistemática e regular. -----

----Em resposta ao Sr. Deputado João Luís Pinho e em relação às margens da Lagoa impunha-se dizer que o trabalho aí realizado fora feito no âmbito do protocolo que o Executivo camarário fez com a Junta de Freguesia de Mira e elogiou o bom trabalho realizado. Mais acrescentou que ainda faltava a colocação de bancos de jardim, mesas e papeleiras, os quais já tinham sido adquiridos e estavam no armazém municipal. Ainda relativamente a este assunto, referiu terem existido queixas quanto à recolha do lixo, neste local.



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Contudo, este problema já estava resolvido. -----

----Em relação à empreitada de adjudicação da sinalética, informou que esta custou à volta de 20 mil euros e, em relação às imagens em formato *pdf*, assegurou que iria falar com os serviços informáticos para se tentar encontrar soluções técnicas que fossem viáveis para a resolução deste problema. -----

----Terminou, mas não sem antes agradecer à Sra. Deputada Clara Clemente as suas palavras de reconhecimento. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções. -----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o Sr. Deputado **Carlos Nora (PS)** chamando a atenção para a existência, já há muito tempo, de uma grua junto à lota da Praia de Mira, o que no seu entender constituía um grande perigo e questionou o porquê de aquela ali estar, pois não havia obras a decorrer, embora fossem aí muito necessárias.

----De seguida, referiu-se à Universidade Sénior, declarando-se seu apoiante. Contudo, manifestou o seu desagrado relativamente a informações que lhe tinham sido transmitidas, mais especificamente, que esta não possuía os materiais necessários para que os alunos pudessem desenvolver as suas aprendizagens. Com isto, pretendia referir que a sua implementação e desenvolvimento tinha trazido muitos benefícios, no sentido do envelhecimento ativo e, também por isso, não se devia descurar. -----

----Continuou, dizendo terem-lhe feito chegar algumas queixas em relação à qualidade da água do concelho, mas que muito já aqui se tinha falado sobre isto. Porém, quis ainda acrescentar que os habitantes da Lagoa, há mais de cerca de um mês, que a água que lhes chegava a casa era ferrugenta e o mais certo era que estivesse imprópria para qualquer tipo de atuação. -----

----Reportando-se à visita do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Dr. João Ataíde, mais propriamente, ao plano que este anunciou, achou bem, até porque o governo tinha trazido uma solução, solução esta que exigia um investimento



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de sete milhões e quinhentos mil euros, em cinco anos. Portanto, tornava-se imperioso agir com rapidez para que o cenário melhorasse e começássemos a ter água de qualidade. -----

----Quanto às casas gandraesas quis saber se existiam e, ao existirem, quais seriam os benefícios que a Câmara proporcionava a quem estivesse interessado em recuperá-las. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, **Artur Fresco** e referindo-se à Corrida Solidária, patrocinada pela Altice Portugal, saudou o facto de esta se ter realizado em Mira. Quanto à envolvimento, organização, número de participantes, na sua grande maioria de fora do concelho, o balanço foi bastante positivo, mais que não fosse, porque também o Agrupamento de Escolas colheu dividendos, tendo sido agraciado com um total de oitenta tabletes. Também graças a esta prova, foi reativado o uso da ponte do Casal de São Tomé, na travessia da pista, junto às curvas aí existentes, ficando, assim, completo o trajeto, nas pistas ciclopedonais da Freguesia de Mira. Contudo, esse local necessitava ainda de algumas intervenções, nomeadamente, a retirada de raízes de árvores de grande porte que estavam caídas e a reposição de alcatrão, nas zonas onde este estava em falta ou danificado. Posto isto, realçou que estas intervenções representavam uma dimensão considerável e, por isso, não podiam ser realizadas pela Junta de Freguesia de Mira. Assim sendo, solicitou que fosse a Câmara Municipal a realizá-las. -----

----Indicou ainda, o espaço junto à Escola Secundária de Mira e referiu-se à estrutura aí abandonada há bastante tempo, a qual, finalmente se encontrava vedada e rodeada por maquinaria e era visível a movimentação de funcionários.

----Posto isto, quis saber se as obras estavam a ponto de avançar. -----

----Interveio o Sr. Deputado **André Gomes (PS)**, questionando o Sr. Presidente de Câmara relativamente ao orçamento participativo e quis saber qual o ponto de situação, no que dizia respeito aos projetos do centro de recolha animal e da edição do Centro de Dia da Lentisqueira. Quis ainda saber se existia mais algum,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para além destes dois que elencou, que estivessem por concluir. Neste seguimento, inquiriu o Sr. Presidente de Câmara sobre qual seria, para ele, o tempo razoável para que os projetos fiquem por concluir. -----

----Prosseguiu, sugerindo ao Executivo a criação de um Conselho Municipal do Ambiente, pois julgava ser um órgão muito importante, um órgão de reflexão e consulta, representativo das forças vivas do concelho e que teria como missão o estabelecer de uma estrutura permanente de reflexão, debate e participação, relativamente a todas as matérias municipais relevantes, no âmbito do desenvolvimento sustentável municipal e até regional; sendo também um órgão consultivo do município, em matérias relacionadas com a implementação das suas políticas ambientais. Mais considerou que era essencial, para o Município de Mira, o convite a todas as forças vivas do Concelho para que fossem voz ativa nessa discussão. -----

----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que começou por responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Carlos Nora e explicou que a presença da grua, junto à lota da Praia de Mira era por causa do protocolo, assinado com a Universidade de Aveiro, de monitorização e acompanhamento da erosão da linha da orla costeira, ao abrigo de um estudo científico, usando para o efeito câmaras de filmar, as quais estavam aí instaladas. -----

----Quanto à Universidade Sénior, afirmou não ter o mesmo feedback que o deputado Carlos Nora, antes pelo contrário e informou que se iria reunir com a respetiva coordenação e alunos, com o objetivo de se fazer uma avaliação, aliás, como já vinha sendo hábito, da sua atividade. Contudo, realçou que esta era um



NC

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto de sucesso e que ainda tinha muito para dar, para crescer e para melhorar. -----

----De seguida, referiu a sua concordância quanto à pressão, que todos deveriam fazer, junto do governo, para que fossem encontradas soluções transitórias. ----

----No que à casa gandraesa dizia respeito, explicou que tinha sido feita uma apresentação pública do programa partilhado com os Municípios de Vagos e de Cantanhede, o “Gândara Tour Sensations”, o qual visava a reabilitação da casa gandraesa e que o acordo já estava a ponto de trazer à sessão de Assembleia Municipal. No mesmo estava equacionada a isenção de pagamento de determinadas taxas e a atribuição de benefícios, nomeadamente, benefícios fiscais, para quem pretendesse preservar este tipo de casa. Posto isto, afirmou que dentro em breve se traria à Assembleia Municipal uma proposta de incentivos. -----

----Em relação à corrida solidária, informou que o número de participantes, avançado pela Altice Portugal, foi de dois mil participantes. -----

----Quanto à ponte do Casal de São Tomé, referiu que os trabalhos continuavam, embora a ponte já tivesse sido colocada e de já se poder circular nela. Mais informou que, em breve se iria iniciar uma empreitada para asfaltamento e arranjo da parte da pista que ainda estava danificada. -----

----Relativamente à obra do antigo mercado, disse que a obra de execução já estava em andamento. -----

----De seguida, referiu que quanto ao Centro de Dia da Lentisqueira ainda não tinham sido apresentados orçamentos e quanto ao restante, tudo estava a correr de forma normal e ordeira e já estavam prontos os pareceres, faltando ainda as especialidades. -----

----No que ao Orçamento Participativo dizia respeito, concordou que realmente era necessário corrigir algumas situações, nomeadamente, o prazo de execução dos projetos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Por fim, pronunciou-se a favor da criação de um conselho municipal do Ambiente e disponibilizou-se para conversar, no sentido de o compor e de se começar a trabalhar nele. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----Interveio o Sr. Deputado **Hugo Gomes (PS)** questionando sobre, de 2013 até ao momento atual, quais foram e quais seriam os planos, relativamente à geminação existente com Lagny sur Marne, em França. -----

----Quis ainda saber qual era a relação existente entre a Câmara Municipal de Mira e o CEMAR, particularmente na pessoa do Dr. Alfredo Pinheiro Marques. -

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, o qual afirmou desconhecer que a intervenção na estrada do Lago do Mar fosse da responsabilidade da POLIS, assim como também não se tinha apercebido que a empresa responsável pela empreitada da POLIS, entre o Mirasol e o Clube Náutico ou que esta fosse a responsável pela manutenção e reparação da mesma. Mais disse que, quanto à pintura da pista, esta sim, tinha sido efetuada pela empresa responsável. Mas, e quanto à sinalética que passado algum tempo se deteriorou e desapareceu e, relativamente a toda a parte ajardinada que ficou por cuidar, tendo posteriormente desaparecido, não foi ninguém chamado à responsabilidade. Tal como aconteceu com toda a estrutura de madeira da Avenida da Barrinha, a qual começou, desde cedo, a ficar deteriorada. -----

----Relativamente ao Orçamento Participativo Jovem, quis saber se este se iria concretizar. Inquiriu também para quando a realização do Orçamento Participativo de 2019. -----

----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----



Handwritten signature or mark in the top right corner.

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que explicou qua as obras da POLIS passavam para a esfera jurídica do Município, mas quem detinha a relação contratual com o empreiteiro era a própria entidade, neste caso, a já mencionada POLIS. -----

----Em relação ao passadiço e à pintura, referiu que a empresa, desde logo, tinha assumido a responsabilidade. Falou ainda da relação jurídica tripartida, existente nestas obras públicas, entre o Município de Mira, a POLIS e o empreiteiro responsável pela execução da obra. -----

----No que dizia respeito ao Orçamento Participativo Jovem, disse não saber até que ponto a sua realização seria possível, uma vez que ainda havia muito a fazer e a aperfeiçoar no Orçamento Participativo e, só depois, então, avançar para outra vertente do mesmo. Contudo, salientou que ainda nada estava decidido. -

----Quanto à estrada do Lago do Mar, informou que esta ainda estava em garantia e que as suas deficiências já tinham sido comunicadas ao empreiteiro.

----Com relação ao jardim, os responsáveis pelo projeto decidiram retirar a rega e, quanto à deterioração dos sinais, esta era o resultado do passar do tempo. --

----Relativamente à geminação com Lagny sur Marne, assumiu que esta estava a ser restabelecida. -----

----Mais referiu que a relação entre a Câmara Municipal de Mira e o Dr. Alfredo Pinheiro Marques era uma relação institucional, mas havia também uma relação pessoal entre ambos e que não havia entre as partes qualquer tipo de problema.

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao “Período da Ordem do Dia”. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Deputado **André Monteiro** (MAR) e referindo-se à página 19 do documento em apreço, disse considerar demasiado exagerado o contrato com a *fnway, consultadoria*, pois, realmente era o terceiro contrato realizado e pelo valor de 74 mil e 800 euros. Posto isto, questionou se não se estaria a passar “um atestado de incompetência” aos técnicos superiores que trabalhavam na Câmara Municipal, no âmbito dos concursos públicos. -----

-----Interveio o Sr. Deputado **André Gomes** (PS) e referindo-se às páginas 34 e 35 do documento em análise, na rubrica pagamentos em atraso e questionou qual era a justificação para que nesta rubrica já se tivesse, a 31 de maio de 2019, um montante de 742 mil e 451 mil euros, sendo que no ano anterior, o montante era muito inferior ao agora apresentado. Posto isto, quis saber qual era a razão para esta diferença tão grande de valores, pese embora a justificação apresentada. -----

-----Inquiriu ainda sobre qual seria a estimativa para o final do ano corrente, relativamente aos compromissos por pagar. -----

-----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e, em resposta ao Deputado André Monteiro, disse que os valores referentes à empresa *fnway, consultadoria* compreendiam o período de 2014 até ao momento presente, logo, eram



nc

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referentes a seis anos de parceria, repletos de bom profissionalismo e reconhecida competência técnica. -----

----Salientou ainda que nunca deixou de ter confiança nos técnicos superiores do município, só que, nesta área, a dos fundos comunitários e, devido á sua especificidade e exigência técnica, era conveniente “jogar pelo seguro” e fazer igual a tantos outros municípios que também optaram pela mesma solução. ----

----Quanto aos pagamentos em atraso, informou que com a entrada da receita do IMI, este valor já era inferior e a tendência era de diminuição, para que, no final do corrente ano já não se houvesse atraso nos pagamentos. -----

----Quanto aos compromissos por pagar, o valor a estes relativo já refletia os vencimentos dos funcionários e a sua justificação técnica constava nesse documento. Esta tinha sido uma recomendação do técnico revisor oficial de contas, a qual se aceitou porque tornava tudo mais fácil, ao ficar-se com uma muito maior margem de fundos disponíveis. Posto isto, frisou que este aumento exponencial não se devia a um acréscimo de contratos ou de despesa. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio o Sr. Deputado **João Luís Pinho (PS)** e questionou qual teria sido o valor que a Câmara Municipal obteve, durante estes seis anos, a nível de financiamentos. -----

----Interveio o Sr. Deputado **André Gomes (PS)** corroborando as palavras do Sr. Presidente de Câmara, no sentido de que quando não se dispunha dos recursos suficientes para fazer um bom trabalho, havia que recrutar quem o fizesse. Contudo, o que lhe parecia menos bem era o princípio, ou seja, o porquê da escolha desta empresa em detrimento de outras, até porque existiam, no concelho, empresas que também prestavam o mesmo tipo de serviços, de apoio e consultadoria a candidaturas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara iniciando por responder ao deputado João Luís Pinho e informou que, até esse momento, tinham sido aprovados cerca de 14 milhões de euros e que, contabilizando tudo o que já tinha sido feito desde 2013, apontou para, em números redondos, 20 milhões de euros. -----

----Em relação à questão do deputado André Gomes, respondeu afirmativamente e mais disse que a escolha da empresa tinha sido ponderada e tinham sido equacionadas ambas as hipóteses. -----

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

-----PONTO DOIS: **Apreciação, nos termos dos artigos 75º. e 76º. da Lei nº. 73/2013, de 03 de setembro, dos documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2018, do Município de Mira.** -----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção explicando que esta apreciação decorria da lei e da necessidade de consolidar as contas relativas ao ano transato, nas situações em que a Câmara Municipal tinha parceria, nomeadamente, com a AIBAP e à data com a WRCCI. Assim, afirmou que, depois das contas auditadas, feitas por um revisor oficial de contas, estas constituíam uma diminuição de cerca de 500 mil euros na dívida das duas entidades, no ano de 2018. -----

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Sr. Deputado **André Monteiro (MAR)** solicitando esclarecimentos quanto às advertências apresentadas pelo revisor oficial de contas, nomeadamente, quanto ao assunto contabilidade analítica do Município. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota** referindo-se ao documento que tinha sido entregue à bancada da qual fazia parte e cujo teor desconhecia, pese embora julgasse que a mesma dizia respeito ao ponto em apreço. -----

----Mais disse lamentar o facto de alguns assuntos importantes, os quais deviam ser alvo de análise em reunião preparatória da sessão de Assembleia, não chegassem atempadamente às mãos dos senhores deputados, em virtude do agendamento da reunião de Câmara e da sessão de Assembleia Municipal para o mesmo dia. -----

-----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e em resposta ao deputado André Monteiro, disse que o revisor oficial de contas tinha feito uma série de advertências e solicitou que fossem tomadas medidas, no sentido de evitar a contabilidade analítica do município, nomeadamente, em termos do armazém e de implementação, tendo este reconhecido o esforço que o Executivo tem vindo a fazer nesse sentido. Portanto, daí a vinda do relatório a conhecimento da Assembleia Municipal, sendo que o mais importante era a tomada de conhecimento das contas e que a sua revisão tinha sido feita por um revisor oficial de contas. -----

----Esclareceu ainda que o documento entregue, no início da sessão da Assembleia Municipal, dizia respeito à tomada de conhecimento do relatório do revisor oficial de contas. -----



NC

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----VOTAÇÃO -----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção e sete votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD (Partido Social Democrata). -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 6ª. revisão orçamental e 6ª. revisão ao PPI – Ano de 2019** -----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, explicando que esta alteração ao PPI era o resultado da aprovação de mais três projetos financiados por fundos comunitários, logo, o orçamento do município tinha de ser adaptado a essa mesma realidade. Concretizou, dizendo que estes projetos eram os viveiros da Praia de Mira, o mercado da Praia de Mira e um plano de comunicação e marketing – “Praia de Mira, uma aldeia de mar”. Mais disse que nestes projetos estavam cerca de 900 mil euros de aprovação. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, proferindo uma declaração de voto. -----

----**Declaração de Voto:** o deputado Francisco Reigota (PS) disse que esta ia referir o seu colega de bancada Paulo Grego e declarou que votavam contra esta revisão orçamental, não pelo seu conteúdo, mas sim, pelo seu princípio, por ser mais uma vez, mais uma reunião, mais uma revisão orçamental, facto que reforçava a sua opinião de que o orçamento tinha sido mal estruturado desde o seu início.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Interveio o Deputado **João Luís Pinho (PS)**, proferindo uma declaração de voto. -----

----**Declaração de Voto:** o deputado João Luís Pinho disse que esta declaração de voto servirá para todas as votações nas quais se iria abster, por não ter tido conhecimento, atempadamente, dos assuntos que viriam à sessão de Assembleia Municipal. -----

----**VOTAÇÃO** -----

----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 1 abstenção e 7 votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD. -----

----**PONTO QUATRO: Empréstimo para financiamento do PPI 2019 – Adenda ao Contrato.** -----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e explicou que se tratava de um empréstimo, para investimento, a médio e longo prazo, para o PPI 2019 e da consulta ao visto do Tribunal de Contas, resultaram algumas dúvidas e, consequentemente, pedidos de esclarecimento, no que dizia respeito ao período de carência ser de dois anos e o período de utilização ser de seis anos. Havia dúvidas também em relação ao valor dos veículos, nomeadamente, no empréstimo para aquisição de veículos pesados. -----

----Mais disse que o Tribunal de Contas tinha apontado o caminho para a solução, ao sugerir que este fosse feito por Adenda ao contrato e foi o que se fez. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, dizendo que, sobre esta matéria e depois de ter ouvido a explicação do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Presidente de Câmara, ainda tinha ficado com mais dúvidas. Assim, referiu que quando aparecia a proposta concreta para esta matéria e reportou-se à cláusula 6.^a e 13.^a. Contudo, ao analisar com mais atenção o documento, constatou que havia algo errado, pois também a cláusula 3.^a, no ponto 2., também tinha sido alterada. E logo esta, a qual considerava ser de sobeja importância porque se referia à aplicação final do dinheiro. Posto isto, afirmou parecer-lhe que a proposta tinha um pequeno lapso, o qual fazia toda a diferença, pois, o dinheiro proveniente do empréstimo ia ser já canalizado para outros fins que não os já apresentados. -----

---De seguida, disse continuar reticente, devido às inúmeras alterações, quanto à aplicação desta quantia nas devidas alíneas, constantes no contrato. -----

---Referiu ainda um facto que considerava essencial, pois, tinha muitas dúvidas e algum receio, preocupações que eram partilhadas pela bancada a qual pertencia, de que este montante, 1 milhão e 450 mil euros, parte dele não fosse gasto em algumas estradas que futuramente tivessem necessidade de outro tipo de reparações. -----

---Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, que explicou que a situação era tão simples e transparente quanto ao facto de ser uma obrigação/imposição do Tribunal de Contas, a indicação concreta e pormenorizada de onde e como o dinheiro iria ser aplicado. Mais disse estar tudo em conformidade e as únicas duas situações existentes eram referentes à aquisição de veículos e ao período de carência não poder ultrapassar os dois anos. -----

---Concluiu a sua intervenção frisando que todo este processo relativo ao empréstimo estava em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas e a prova cabal disto mesmo, foi a solução por este apontada. -----

-----**VOTAÇÃO**-----

--- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 1 abstenção e 7 votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD. -----



nc

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO CINCO: Empréstimo Quadro BEI - Linha BEI PT2020 - Autarquias – Adjudicação, Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como, Aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo.**

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara explicando que, do Governo Português e da União Europeia surgiu a criação de uma linha BEI – Autarquias, que resultava na possibilidade das autarquias poderem recorrer a uma agência pública, a Agência de Desenvolvimento e Coesão, para financiamento dos seus projetos. Tratava-se de um instrumento importantíssimo, pois, capacitava as autarquias e, simultaneamente, as ajudava a alcançar este tipo de financiamento. Mais disse que, nesse momento, o que se estava a aprovar era um empréstimo para os 15% da conversão do mercado, mais 800 mil euros aprovados e uma componente nacional de cerca de 100 mil euros. Posto isto, acrescentou que se podia recorrer a esta agência, a qual tinha uma taxa de juro imbatível e uma série de permissões, nomeadamente, a minuta do contrato, em apreço, foi feita na agência e posteriormente enviada à autarquia. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Deputado André Monteiro (MAR) e quis saber a razão pela qual os outros dois projetos não tinham avançado. -----

-----Interveio o Sr. Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, referindo que, e tendo em conta a opinião do Sr. Presidente da Câmara, para além da constatação de que o Governo português, tal como tinha acontecido nos últimos tempos, tinha tomado bastantes medidas positivas para o Concelho de Mira, o que aqui estava em causa era apenas mais um empréstimo, o que significava a entrada de mais dinheiro, disponível para a autarquia e que iria ser pago dentro de dois anos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Concluiu, dizendo que na prática, aquilo que se estava a aprovar era, apenas e só, mais algum dinheiro disponível para a autarquia poder fazer investimento. No entanto, não podia deixar de constatar que o respetivo pagamento seria feito daqui a dois anos e, ao calcular este empréstimo com o outro, as dívidas a terceiros iriam aumentar bastante. -----

----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que só o tempo o diria, se a dívida a terceiros iria aumentar ou diminuir, até porque, entretanto, era necessário pagar os empréstimos a longo e médio prazo. -----

----Acrescentou que, quanto mais não fosse somente pela lógica do investimento e considerou esta medida uma alavanca de investimentos. Mais disse que, no imediato e face ao nível de projetos já aprovados, não se podia desperdiçar os fundos comunitários, porque depois não se tinha a alavanca da componente nacional para o fazer. -----

----De seguida, reconheceu que o Governo sempre decidia bem, se essa decisão favorecesse o Município de Mira e declarou que não sofria desse problema político-partidário. -----

----Concluiu a sua intervenção, esclarecendo o deputado André Monteiro quanto aos projetos que caíram, explicando que estes, ao estarem já executados, ou seja, tinham maturidade a mais e a sua execução estava já num ponto muito avançado. Aliás, foi esta a razão que a BEI, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, apontou para a sua não candidatura. -----

----**VOTAÇÃO** -----

----Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 7 abstenções do PS (Partido Socialista). -----

----Não participou na votação o Sr. Deputado João Luís Pinho por se ter ausentado da sessão, não tendo regressado até ao final dos trabalhos. -----

----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seis da ordem do dia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO SEIS: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local - aprovação da proposta de aceitação da transferência de competências, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e o transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, constantes do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC.**-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** explicando que se tratava da descentralização de competências e que a CIM tinha ficado com esta competência, a qual dizia respeito ao transporte em vias navegáveis, assim como, em charruas. Mais disse que esta competência estava com o Estado Central e que daqui em diante, passaria para a CIM.-----

-----**Votação**-----

-----Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.**-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto sete da ordem do dia.-----

-----**PONTO SETE: Aprovação, nos termos do disposto no n.º. 1, do artº. 134º., do D.L. n.º. 307/2009, de 23 de outubro, na redação que lhe confere a Lei n.º. 32/2012, de 14 de agosto, da redelimitação da Área Urbana de Mira.**

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----O Sr. **Presidente da Câmara** dizendo tratar-se do ARU, Área Urbana de Mira, a qual tinha de ser redelimitada, ou seja, teria de assumir novos contornos, novas delimitações.-----

----De seguida, informou que, no documento em apreço, já se referia alguns incentivos municipais, nomeadamente, o das casas gandraesas e outros tipos e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

específicos de construções, isenção de taxas para emissão de alvarás relativos a essas obras, entre outros similares. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e quis saber o porquê de ser esta a área abrangida pelo ARU e porque não se ser um pouco mais abrangente relativamente a outras povoações adjacentes a este perímetro, argumentando que se poderia estar a criar oportunidades para uns em detrimento de outros, resultando em desigualdades dentro da própria sociedade. Mais disse concordar com a base e considerou-a correta. -----

----Relativamente aos incentivos, manifestou ter algumas dúvidas, até porque, já anteriormente, se tinha falado em isenções e que estas nunca chegaram a concretizar-se. Posto isto, quis saber, concretamente, quais as isenções que o Município de Mira tinha e quais eram as que esta ferramenta proporcionava, de forma a que se ficasse a saber quantas seriam, no total. -----

----Não concluiu, sem antes relembrar que, quanto a isenções e benefícios fiscais, muito se falava na casa gandraesa e pouco nos palheiros, sendo certo que eram poucos, mas também mereciam ser preservados. -----

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e declarou concordar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, no sentido em que também os Palheiros deviam ser contemplados com estes benefícios. Mais disse que, do mesmo modo, se iria fazer a ARU para a Praia de Mira, na qual se incluiria a preservação dos Palheiros. -----

-----**Votação**-----

----Submetido a votação o ponto sete da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 7 abstenções do PS (Partido Socialista). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Terminada a ordem de trabalhos o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 26 de setembro, quinta-feira, pelas 18h00, para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o que foi ponderado e aceite pelos presentes. -----

-----ENCERRAMENTO -----

----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

O Presidente da Mesa,

Nelson Miranda Cadete
(Nelson Miranda Cadete, Prof.)

O 1.º Secretário,

Regina Maria Duarte Serrano
(Regina Maria Duarte Serrano, Eng.ª)